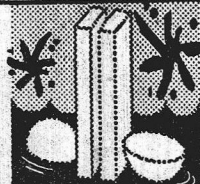


Leitura do texto de  
Magalhães levou  
quase 10 horas



Só João Alves e Cid  
Carvalho poderão ter  
bens confiscados

207

# Dezoito nomes são indicados para a degola.

■ Relatório pede mais investigações sobre os que escaparam por falta de provas e sugere que próxima CPI seja a das empreiteiras

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — A CPI do Orçamento aprovou às 19h15 de ontem, por unanimidade, o relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) — e também o relatório especial sobre os acusados pernambucanos, do deputado Roberto Rollemberg —, indicando à Câmara e ao Senado a cassação de 18 parlamentares, a continuação das investigações sobre outros 12 pelo Congresso, a remessa dos processos de 12 pessoas ao Ministério Público e de uma à Receita Federal. Onze políticos foram inocentados. Depois de 12 horas de sessão, em que a maior parte do tempo foi dedicada à leitura do relatório, com um período de votação rápido e sem turbulências, a CPI encerrou três meses de investigação de denúncias contra parlamentares, ex-ministros e servidores públicos.

**Na fila** — Magalhães concordou em incluir em seu relatório a recomendação para que a próxima CPI a funcionar seja a das empreiteiras. Foram apresentados 52 destaques para votação em separado mas só um foi aprovado — o que excluiu o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) da lista de nomes a serem enviados ao Ministério Público. A CPI impediu, por 16 votos a 4, ao votar os destaques, a inclusão do deputado José Luiz Maia na lista dos cassados. Rejeitou também, pela mesma margem, a proposta de ampliação do confisco de bens a todos os parlamentares da relação de cassados. O confisco, de acordo com o relatório, só atinge João Alves e Cid Carvalho.

Os deputados Aloizio Mercadante (PT-SP) e Luiz Salomão (PDT-RJ) retiraram todos os outros destaques (50), pois eram os mais interessados em aprovar a cassação dos deputados José Carlos Aleluia e José Carlos Vasconcelos e do senador Saldanha Derzi. Os destaques foram retirados. Segundo Mercadante, não adiantava insistir, porque foi feito um acordo para derrotar todos os destaques em bloco. Votaram a favor da inclusão de Maia e da ampliação do confisco apenas o PT, PDT e PSDB.

Mercadante lembrou que o deputado José Luiz Maia liberou US\$ 71 milhões do orçamento nos últimos três anos, aparece nas listas da Servaz e da Norberto Odebrecht e

foi citado com veemência por José Carlos dos Santos, o autor das denúncias que deram origem à CPI.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu, e o relator concordou, que sugira no seu relatório prioridade para a CPI das Empreiteiras, que mereceu um relatório específico da Subcomissão de Patrimônio. Essa subcomissão concluiu que as grandes construtoras comprometeram, em 1991, todo o orçamento do FGTS para os anos de 92 e 93, em valores que somam mais de US\$ 2 bilhões.

**Artimanha** — Deputados de todos os partidos revezaram-se durante quase dez horas para ler o extenso relatório. Exatamente às 9h32, o presidente da CPI, Jarbas Passarinho, iniciou a última sessão. Às 17h35, a leitura terminava graças a uma artimanha do presidente, que permitiu ao relator não ler 250 páginas contendo resumos dos depoimentos. Durante a reunião, sem intervalos, poucos parlamentares foram até o auditório do Senado ouvir a leitura. Às 19h15, os relatórios eram aprovados e, em uma hora, todos os destaques derrubados, ficando o fim da sessão para discursos de praxe.

Sem euforia, o clima era bem diferente da sessão final da CPI do PC, quando deputados e senadores se confraternizavam com o início do fim da era Collor, o primeiro presidente da República deposto por corrupção. Ontem, os parlamentares estavam cassando os próprios colegas.

□ A Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto informou que o presidente Itamar Franco manteve a rotina de despachos, enquanto a CPI do Orçamento reunia-se para aprovar o relatório final das investigações. No final da tarde, o presidente recebeu o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), que lhe fez um relato sobre os acontecimentos no Congresso. O relatório ainda não havia sido aprovado. Itamar viaja esta manhã para fronteira com a Colômbia, onde participa, na cidade de Letícia, da instalação da comissão de vizinhança dos dois países. O retorno está previsto para amanhã mas poderá ser antecipado para hoje.



Após 3 meses de trabalhos da CPI do Orçamento, o deputado Roberto Magalhães, que chegou bem disposto à última sessão, exhibe o relatório

Brasília — Josemar Gonçalves

Arnildo Schulz — 11/1/94



Passarinho expulsou pessoalmente o deputado Teixeira do auditório



Fiúza: "Não vou deixar 24 anos de vida pública serem manchados"